

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2019 (Do Sr Danilo Cabral)

Solicito seja convidado Sr. Abraham Weintraub, Ministro de Estado Educação, da fim de prestar esclarecimentos sobre o impacto das medidas adotadas pelo governo federal relacionadas financiamento ao educação, que reduzem drasticamente o orçamento da área, para a continuidade das políticas educacionais.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, com base no art 255 do Regimento Interno, que, ouvido o plenário, se digne adotar as providências necessárias para o convite do Sr. Abraham Weintraub, Ministro de Estado da Educação, a fim de prestar esclarecimentos sobre o impacto das medidas adotadas pelo governo federal relacionadas ao financiamento da educação, que reduzem drasticamente o orçamento da área, para a continuidade das políticas educacionais. Na oportunidade, também deve ser esclarecido posicionamento do governo sobre a continuidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e sobre as declarações do ministro, em que defendeu que as universidades nordestinas não deveriam oferecer cursos de sociologia e filosofia.



JUSTIFIC A ÇÃO

Os danos da política de desmonte do estado de bem estar social promovida por Temer e Bolsonaro estão atingindo gravemente a área da educação.

Tendo como pilar a EC 95/2016, a política educacional no Brasil a partir de 2016 caminha no sentido do sucateamento da educação pública. Para se ter uma ideia, de 2016 a 2018, o orçamento do Ministério da Educação perdeu R\$ 11 bilhões, só em 2017 e 2018, com a vigência do "teto de gastos" a redução foi da ordem de R\$ 9 bilhões.

Agora, já sob a presidência de Jair Bolsonaro, o governo federal anuncia o contingenciamento de R\$5,8 bilhões no orçamento da educação, o maior entre todas as áreas do governo. Trata-se de uma inequívoca demonstração de que a educação não é prioridade.

Os dados comparativos do investimento em educação no Brasil com a média dos países da OCDE são reveladores, enquanto o gasto público anual por aluno da educação básica a superior no Brasil é de 3.400 dólares americanos, o gasto médio da OCDE é de 9.300 dólares (5.900 a mais que o Brasil). Isso sem contar que o Brasil possui um enorme passivo histórico de exclusão e falta de investimento em educação.

Sinalizando para uma redução ainda mais drástica de investimentos, o ministro da economia, Paulo Guedes, recentemente, afirmou que pretende retirar da Constituição Federal a obrigação de investimentos de mínimos dos tributos arrecadados em educação, que hoje são de 18% para União e 25% para estados e municípios.

Além disso, passados cem dias de governo, nenhum posicionamento foi emitido sobre a continuidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que terá sua vigência expirada no próximo ano.

Tudo isso causa enorme incerteza sobre a continuidade das políticas educacionais, que sem orçamento tem seu futuro ameaçado. Isso acontece em um contexto de grave crise financeira enfrentada pelos municípios brasileiros, em que grande parte sequer consegue pagar o piso salarial dos professores.



Diante do exposto, conto com o apoio dos meus ilustres pares nesta Comissão para a aprovação desde requerimento.

Sala da Comissão, 09 de abril de 2019.

Danilo Cabral

Deputado Federal PSB/PE